



ATA NÚMERO 257/XIII/4.^a SL

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata n.º 252;**
 - 2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1080/XIII/3^a (BE) - "Recomenda a automatização da atribuição da conta de serviços mínimos aos clientes bancários";**
 - 3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1979/XIII/4^a (BE) - "Recomenda ao Governo que exonere o Governador do Banco de Portugal";**
 - 4. Proposta de Retificações ao OE 2019;**
 - 5. Designação de relatores de parecer sobre as personalidades indigitadas para os cargos de Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; Cabe ao GP - PCP e PSD (respetivamente)**
 - 6. Discussão e votação do requerimento do GP PSD "Audições do Presidente da ASF e do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a situação do Presidente da Associação Mutualista Montepio Geral";**
 - 7. Discussão e votação do requerimento do GP BE "Audições do Presidente da ASF e do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a situação do Presidente da Associação Mutualista Montepio Geral";**
 - 8. Outros assuntos.**
-

1. Aprovação da ata n.º 252;

A ata foi aprovada por unanimidade.

2. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1080/XIII/3ª \(BE\)](#) - "Recomenda a automatização da atribuição da conta de serviços mínimos aos clientes bancários";

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) voltou a referir que esta matéria já havia sido objeto de discussão e reiterou a sua posição de que a Lei que regula os Serviços Mínimos Bancários está longe de cumprir o seu potencial, razão que fundamentou a apresentação deste Projeto de Resolução (PJR).

No final do debate, dispôs-se a enviar uma versão reformulada e melhorada do texto, até final do dia, para tentar ultrapassar algumas das dificuldades anteriormente apontadas por vários partidos, estando também disponível para receber contributos.

O detalhe da discussão e apreciação deste PJR consta da [Informação](#) disponível na página eletrónica da iniciativa.

3. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1979/XIII/4ª \(BE\)](#) - "Recomenda ao Governo que exonere o Governador do Banco de Portugal";

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou os fundamentos do PJR, sublinhando as falhas no exercício da função do Governador do Banco de Portugal.

O detalhe da discussão e apreciação deste PJR consta da [Informação](#) disponível na página eletrónica da iniciativa.

4. Proposta de Retificações ao OE 2019;

O Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) informou que o seu grupo parlamentar (GP) não se opõe às objeções do PSD, previamente distribuídas, relativamente a duas das propostas de retificação apresentadas pelo PS, nomeadamente as seguintes:

- N.º 45 do Mapa de Transferências, porque corresponde a uma alteração substantiva do sentido da norma;

- Mapa I, devido a sérias reservas sobre a compatibilização com a Lei de Enquadramento Orçamental e com a Constituição, o que poderá ser aprofundado em Comissão (em todo o caso, esta alteração teria sempre de ser discutida em Comissão).

Propôs submeter a votação as restantes propostas de retificação.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) para dar acordo à proposta apresentada.

Foi deliberado aprovar, por unanimidade, todas as propostas de retificação à Lei do OE 2019, sugeridas pela DAPLEN e pelo PS, com exceção das duas retificações identificadas pelo PSD.

5. Designação de relatores de parecer sobre as personalidades indigitadas para os cargos de Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) informou que o seu GP prescindia da elaboração do parecer.

A Senhora Presidente esclareceu que, assim sendo, caberia então ao GP do PS elaborar o referido parecer.

O GP do PS indicou o Senhor Deputado Nuno Sá para relator de parecer relativo à proposta de indigitação da Presidente do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O GP do PSD indicou a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa para relatora de parecer relativo à proposta de indigitação do Vogal do Conselho de Administração da ASF.

6. Discussão e votação do requerimento do GP PSD "Audições do Presidente da ASF e do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a situação do Presidente da Associação Mutualista Montepio Geral";

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) expôs os fundamentos do requerimento salientando que, na sua perspetiva, as notícias publicadas na imprensa dando nota de que o Presidente da Associação Mutualista- que gere as poupanças de mais de 600.000 aforradores – foi condenado pelo Banco de Portugal (BdP) por diversas infrações financeiras, vem reforçar a preocupação com este assunto. Defendeu que o Governo, e em particular o Ministro do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social, continua a ter a tutela destas entidades e por isso, disse, não compreende a “fuga às responsabilidades” do Senhor Ministro Vieira da Silva.

No entendimento do PSD há uma entidade competente independentemente de ter havido uma alteração legislativa que também reforça as responsabilidades da ASF.

A Senhora Mariana Mortágua (BE) sublinhou que o seu GP apresentou requerimento idêntico [ponto seguinte da OD] embora com fundamentos diferentes. Considera a situação “bizarra” na medida em que há uma condenação, e até antecedentes nesta matéria. Recorda que o BE já tinha questionado o Ministro sobre este assunto. Reputa a situação de grave porquanto nenhuma entidade quer assumir a responsabilidade de resolver o problema. Na sua perspetiva, tanto o Governo (tutela) como a ASF têm poderes para avaliar a idoneidade de Tomás Correia.

O Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) contestou a afirmação de que o “Ministro anda a fugir às suas responsabilidades”. Expressou dúvidas sobre se efetivamente, algum dirigente da instituição, terá sido objeto daquela condenação. Há, no seu entendimento, uma condenação do BdP, até invulgar, quanto a práticas no passado. Subscreeveu a opinião geral de que a situação é grave mas considerou também que o objetivo do PSD “é mais do que aquilo que foi dito”. Sustentou a importância de separar o objeto de cada um dos requerimentos, da sua fundamentação, concluindo que a pertinência dos dois requerimentos é diferente.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) exprimiu a sua opinião de que este caso demonstra que “não se aprendeu nada” com os outros casos da banca, concluindo que a ausência de articulação entre supervisores também levantou problemas. Lembrou ainda que este não é um processo recente. Na sua ótica, o BdP foi rigoroso neste processo.

Afirmou a sua surpresa perante o facto de nenhuma das duas instituições – Governo ou ASF – saber quem supervisiona a Associação Mutualista

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) subscreeve as preocupações já expressas pelos vários GP, entendendo que a idoneidade do Presidente da Associação Mutualista foi posta em causa e que, em consequência, os associados poderão ter de suportar avultados custos. Concluiu, exprimindo a sua concordância com os dois requerimentos, embora não necessariamente com os seus fundamentos.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) retomou a palavra para salientar que artigo 132.º do Código das Associações Mutualistas especifica claramente que a tutela tem competência nesta matéria, ou seja, tem poderes para a destituição de membros da Administração de Associações Mutualistas. Lembrou que este caso não é novo e que houve, no passado, outras situações idênticas. Considera que há, em torno desta questão, um “silêncio ensurdecedor” e apelou, por isso, à ação.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) recordou que a questão já se colocava nas penúltimas eleições, afirmando não ter dúvidas sobre a não idoneidade do Presidente da Associação Mutualista, Tomás Correia informou subscrever os dois requerimentos apresentados, sem os considerandos do PSD.

Teceu ainda algumas considerações sobre a gestão política desta matéria por parte do PSD, admitindo porém que há responsabilidades de vários partidos que não deram a devida prioridade política a este tema.

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Fernando Anastácio, que entretanto assumiu a condução dos trabalhos, propôs a votação dos dois requerimentos.

Cada um dos requerimentos foi submetido a votação, tendo ambos sido aprovados por unanimidade.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) sugeriu que se voltasse a aplicar a metodologia, que já se utilizou no passado, em audições, de pergunta-resposta consecutiva na primeira ronda.

O Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) alertou para o facto de esta grelha tornar a audição mais demorada porque quem responde utiliza, regra geral, mais tempo do que quem inquire.

O Senhor Vice-Presidente propôs que o assunto fosse discutida na próxima reunião.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) subscreveu o pedido do Deputado António Leitão Amaro (PSD), salientando que aquela metodologia corresponde também à que foi adotada nas audições da Comissão de Inquérito da CGD.

7. Discussão e votação do requerimento do GP BE "Audições do Presidente da ASF e do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a situação do Presidente da Associação Mutualista Montepio Geral";

Foi discutido e votado conjuntamente, no ponto anterior da OD.

8. Outros assuntos.

Tomou a palavra o Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) para solicitar à Mesa o agendamento da discussão em Comissão do seu [Projeto de Resolução n.º 1981/XIII/4ª \(Paulo Trigo Pereira\)](#) – “Recomenda ao Governo que negocie com a Comissão Europeia a redução do objetivo de médio prazo para as finanças públicas”.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Não havendo assuntos adicionais a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por concluída a audição.

A reunião foi encerrada às 12:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de fevereiro de 2019.

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Reunião de 27 de fevereiro de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Cristóvão Norte
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Pinho de Almeida
Manuel Caldeira Cabral
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Trigo Pereira
Teresa Leal Coelho
António Cardoso
Conceição Bessa Ruão
Duarte Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia
Paulo Sá

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins
Leonel Costa
Sara Madruga da Costa